

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
Al FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Novo estatuto preocupa empresários do estado

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Micro e pequenas empresas, como as do setor varejista, estão atentas às mudanças resultantes da Lei do Supersimples

Páginas 6 e 7

ENTREVISTA

Nilson Gonçalves,
presidente da
Comissão do
Mercosul, quer
maior participação
na UPM

Página 4

Brometo de metila não
poderá mais
ser aplicado
na agricultura
catarinense

Página 9

Amyr Klink: a natureza ensina



Na quarta palestra do programa *O Brasil em Debate na Assembleia Legislativa* o navegador Amyr Klink provocou a consciência do público que lotou o Auditório Antonieta de Barros. Foi enfático ao afirmar que as causas do aquecimento global são de responsabilidade de cada um.

Em 21 anos viajando, tornou-se um observador atento do meio ambiente e da natureza humana. E garante: "É importante se afastar do uso tecnológico para compreender a verdadeira necessidade das tecnologias".

Página 8

Seminário trata de cidadania



Em três dias, o seminário "Família, Escola e Cidadania: Quais os caminhos?", promovido pela Assembleia, por meio da Escola do Legislativo, e pela Escola de Pais, seccional Florianópolis, discutiu temas atuais e que mobilizam a sociedade.

Página 3

OPINIÃO

Emenda 3

Nos próximos dias, um tema que pautou importantes debates políticos no início de 2007 deve voltar a ocupar espaço na opinião pública. A já conhecida Emenda nº 3 tem sido alvo de diferentes e até mesmo antagônicos pontos de vista políticos e jurídicos, pois pode interferir em direitos trabalhistas consolidados.

A tentativa de restringir direitos trabalhistas integra um conflito de classes permanente, que atualmente implica em uma disputa ideológica acirrada.

O discurso contra a legislação trabalhista ganhou força com o aparecimento de várias propostas destinadas a "reformular", com intensidades variadas, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Constituição Federal. Nos anos 90, o Estado brasileiro foi algemado pela ideologia neoliberal e sofremos reveses com os governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, através de reestruturações produtivas, terceirizações,

reengenharias, processos que forçaram a redução do quadro de pessoal e a precarização das relações de trabalho.

Apesar de apresentar sinais de mutilação, a legislação trabalhista resiste graças às lutas dos trabalhadores contra o neoliberalismo. Neste contexto, a Emenda 3 representa o mais recente desses ataques, pois pretende retirar o poder de fiscalização e de autuação dos fiscais e auditores do Ministério do Trabalho e Emprego sobre as empresas. Escancara-se assim o espaço para mascarar as relações existentes entre o trabalhador e o empregador, transformando os primeiros em "autônomos" ou "Pessoas Jurídicas - PJ's".

Viabilizar a Emenda 3 seria estimular a fraude, tendo em vista que o empregador poderá substituir empregados por falsos autônomos sem sofrer qualquer ação administrativa do Ministério do Trabalho e Emprego. Conseqüentemente, não haveria

como exigir férias, FGTS, 13º salário, pagamento de horas-extras e licença maternidade, entre outros. Ao perceber o desafio e a necessidade da luta unificada, o movimento sindical vive um momento de unidade de ação entre as mais diversas posições políticas e ideológicas com um único objetivo: manter o veto à Emenda 3 a fim de garantir os direitos trabalhistas. Mesmo assim, esse desafio não pode ficar restrito aos organismos do movimento sindical. O conjunto da sociedade civil organizada deve expressar apoio e somar esforços nessa luta justa e democrática, já que a manutenção desse dispositivo na legislação brasileira terá efeitos drásticos sobre a vida das gerações presentes e futuras. Por isso, é imprescindível manter-se em estado de alerta e ampliar a mobilização social para pressionar o Congresso Nacional a manter o veto presidencial.

Deputado Pedro Uczai (PT)

Doar sangue: exercício de solidariedade e cidadania

Nos últimos meses temos acompanhado pela imprensa catarinense uma série de reportagens acerca da falta de sangue nos estoques do Hemosc.

No carnaval e agora há pouco tempo, chegou-se a uma situação de absoluta carência para uma considerável porção de procedimentos médicos hospitalares. Cirurgias ameaçadas, apenas acidentes graves sendo atendidos, e um corpo técnico altamente qualificado e dedicado de mãos atadas em circunstâncias nada desejáveis de pressão e tristeza frente a um quadro em que nada, ou muito pouco, poderiam resolver.

Assim que assumi meu mandato na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, o primeiro projeto de lei que apresentei, em 28 de

fevereiro, já como presidente da Comissão Legislativa de Direitos e Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, foi justamente no sentido de colaborar com a resolução deste problema, tendo a plena consciência que se trata apenas de uma singela contribuição.

O Projeto de Lei 032.9/2007, que já existe em outros Estados do Brasil, estabelece a possibilidade de o Doador regular de sangue, ou seja, aquele que doa sangue pelo menos três vezes ao longo de um ano, poderá usufruir do benefício da meia-entrada em eventos culturais, esportivos e de lazer, realizados em locais públicos, no Estado de Santa Catarina.

Acredito que estas políticas de incentivo - ainda que alguns

defendam que a doação de sangue não deve ter nenhuma contrapartida, o que também creio seja o mais correto - são importantes porque possibilitam que se aumentem os estoques deste precioso fluido.

Por fim, nós precisamos estimular a elevação do grau de consciência de solidariedade e de cidadania em nossa sociedade, para que as pessoas, em livre e plena vontade, busquem os bancos de doação de sangue e assim resolvamos um problema que está diretamente ligado com a preservação de vidas, enquanto isso, as pequenas políticas afirmativas colaboram na melhoria do quadro nebuloso que nos encontramos.

Deputada Ada De Luca (PMDB)

Troféu Olívio Lamas de fotojornalismo é lançado na Assembléia

A Associação Catarinense de Imprensa (ACI), o Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina (SJC) e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), com apoio das empresas Palavracom e da Thezainer, lançaram o Prêmio Catarinense de Fotojornalismo - Troféu Olívio Lamas, na Sala de Imprensa da Assembléia Legislativa.

As inscrições para o prêmio abrem no dia 2 de setembro, dia do Fotojornalista, e terminam em 2 de outubro. Podem ser inscritas imagens obtidas entre 1º de setembro de 2006 e 1º de setembro de 2007, desde que clicadas por jornalistas profissionais.

A solenidade de entrega está marcada para o dia 21 de novembro, aniversário de Lamas. Os prêmios são um equipamento fotográfico semi-profissional, um pacote turístico para Buenos Aires, com direito a

acompanhante, e R\$ 1,5 mil em dinheiro.

O prêmio homenageia Olívio Lamas, um dos mais premiados repórteres-fotográficos do país. Ele conquistou prêmios nacionais como Esso e Vladimir Herzog de Direitos Humanos, destacando-se na defesa da ética e da cidadania. Natural de Rio Grande (RS), trabalhou em veículos como Zero Hora, Correio do Povo e Folha da Manhã. Transferido para São Paulo, atuou como editor da sucursal de O Globo. Em Santa Catarina, onde morava desde 1988, foi editor de fotografia de O Estado e freelancer do Jornal do Brasil e da revista Globo Rural. Com 40 anos de profissão e 58 de idade, faleceu em 23 de junho último.

A íntegra do regulamento está disponível nos sites www.sjsc.org.br e www.casadojornalista.org.

[AGENDA]

• **20 de agosto, 19 horas:** Sessão solene em comemoração ao Dia do Maçom

Local: Plenário Osni Régis

• **20 de agosto, 19 horas:** Exposição de fotografias Coxilha Rica e lançamento de livro

Local: Hall e Galeria de Arte Meyer Filho

• **22 de agosto, 9 horas:** Reunião de instalação da Frente Parlamentar Catarinense Contra Prorrogação da CPMF.

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **23 de agosto, 19h30min:** Sessão solene em comemoração aos 90 anos de Joaçaba e lançamento do livro "De Cruzeiro a Joaçaba, o Legislativo catarinense resgatando a história da cidade"

Local: Teatro Alfredo Sigwalt - Joaçaba

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Andréa Leonora e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortega Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Eliseu Baesso, Fabiano Vanderlei Rosa, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

INSTITUCIONAL

Pais e professores debatem os caminhos para cidadania em três dias de seminário

Palestras abordaram assuntos como mitos, consumo, ética, ecologia e prevenção à violência



Eduardo Guedes de Oliveira

Evento promovido pela Escola do Legislativo e pela Escola de Pais de Florianópolis atraiu 500 participantes

Temas complexos e atuais

O seminário prosseguiu no dia 15 com as palestras "Família e Escola – Instituições Socializadoras em Clima de Entendimento", com Maria Cristina Siqueira de Souza Campos, doutora em Sociologia, e "Criança, Consumo e Mídia", com Rosely Sayão, psicóloga e consultora educacional.

Nos dois temas foi evidenciada a falta de sintonia entre idade e comportamento, com a maioria das pessoas desejando viver a juventude eternamente. "São adultos que tratam crianças como jovens e velhos que querem voltar a ser jovens", resumiu Rosely.

À tarde, numa palestra descontraída, o professor Mário Sérgio

Cortella, filósofo e educador, falou sobre a "Construção de uma Personalidade Ética". Ele lamentou a confusão que se faz entre liberdade e condescendência, o que considera um grave equívoco. Encerrando a atividade do dia, o psicólogo e antropólogo Roberto Crema falou sobre "Ecologia Integral – A Arte de Cuidar".

Na manhã do dia 16, o deputado e professor Pedro Uczai (PT) discorreu sobre "Políticas públicas voltadas para a família e a educação e as garantias fundamentais", palestra que teve a participação de Valmor Scheibe, representante da Escola de Pais, seccional de Florianópolis. O parlamentar defendeu

medidas como redução da carga horária do professor em sala de aula, melhoria do piso salarial dos professores e democratização do espaço escolar. Em seguida, a palestra foi da doutoranda em Ciências da Educação Cleodilice Fante, sobre o tema "Bullying escolar".

O padre Vilson Groh tratou sobre "Solidariedade e Participação – Como desenvolver" e apresentou um outro jeito de pensar a infância. "Temos que mudar o verbo. De nortear para sular". O ciclo de debates chegou ao fim com a palestra "A prevenção da violência – construindo caminhos de paz", conduzida por Dulce Magalhães, doutora em comunicação empresarial.

Com o objetivo de debater a família e a escola como eixo central para a promoção da dignidade humana, fortalecimento da ética e construção de uma sociedade justa e solidária, no período de 14 a 16 foi realizado o seminário "Família, Escola e Cidadania: Quais os caminhos?", no auditório Antonieta de Barros, na Assembléia Legislativa. O ciclo de palestras é uma promoção da Assembléia, por intermédio da Escola do Legislativo, em parceria com a Escola de Pais do Brasil, seccional de Florianópolis.

Na abertura do encontro, o presidente da Escola de Pais em Florianópolis, desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira, observou que "muitos pais delegam à escola o que é de sua competência e as escolas não fazem, por entender que estão interferindo em um campo que não é seu". A integração família e escola, segundo ele, é fundamental para a adequada formação dos novos cidadãos.

O presidente da Escola de Pais também afirmou que o sistema prisional está falido e este é o destino de grande parte dos jovens que não têm acesso à educação. Segundo relatório do Ministério da Justiça, cerca de 180 jovens, entre 18 e 29 anos, são presos por dia no Brasil, ou seja, oito por hora. São 240 mil jovens presos, sendo que 96 mil em casas de custódia. "Sem políticas sociais nenhum programa de justiça será vitorioso", lamentou.

Já o presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), disse que o debate não poderia ser em melhor lugar do que na Casa dos catarinenses. "Estou emocionado com o acolhimento do evento. O interesse ficou claro com a rapidez com que se esgotaram as inscrições." O parlamentar acredita que a sociedade, em conjunto com as forças políticas, conseguirá

transformar a educação. "Quando iniciei no magistério não pensei neste momento, nunca pensei que seria político. Estamos aqui porque acreditamos que podemos fazer algo, que temos que fazer algo."

Joares Ponticelli abriu o ciclo de palestras abordando o tema "O ser político – Representatividade, mitos e realidade" e, como parlamentar, frisou a necessidade de separar os bons políticos dos maus políticos, colocados na vala comum pela mídia. A desilusão da sociedade com relação aos políticos também preocupa Ponticelli. "Estão acusando os políticos por todas as mazelas da sociedade e isso enfraquece a democracia. Se continuar assim alguém vai propor o fechamento do Parlamento e em pouco tempo a democracia sucumbirá."

Investimento

Representando o presidente da Assembléia, deputado Julio Garcia (DEM), o deputado Silvio Dreveck (PP) salientou que o seu objetivo é ouvir os que têm conhecimento profundo. Lembrando sua passagem pela prefeitura, Secretaria de Saúde e Câmara de Vereadores de São Bento do Sul, admitiu: "O maior trabalho não são as grandes obras de infra-estrutura, mas sim os investimentos em educação".

Estavam presentes na abertura Valmor Scheibe, coordenador do seminário, Ivo Nascimento, membro da Escola de Pais, Mariléia Gastaldi, representando o secretário de Estado da Educação, Paulo Bauer (PSDB), Rodolfo Pinto da Luz, secretário municipal de Educação de Florianópolis, Maria Cristina Siqueira de Sousa Campos, doutora em Sociologia, e Marino Schiochet, representando o presidente nacional da Escola de Pais.

Nova etapa na orientação de crianças e adolescentes

O Portal da Esperança começou uma nova etapa no trabalho que realiza na educação, prevenção e orientação infantil e adolescente. Agora, todas as secretarias municipais de Educação receberão cartazes e informativos do portal, com fo-

tos e informações sobre crianças desaparecidas.

Conforme o diretor do projeto, Gerson Rumayor, trabalhar esse material é imprescindível. "As secretarias irão divulgar em suas escolas toda a informação necessária."

Os cartazes foram impressos pela Assembléia Legislativa, que apóia a campanha, e os informativos foram confeccionados por uma empresa particular. O material também foi entregue ao Promotor de Justiça da Curadoria da Infância e da Juventude,

Gilberto Polli, que deve repassar os cartazes a todos os promotores do Estado.

A arte do cartaz estará disponível no site www.portaldaesperanca.org.br para qualquer um que quiser imprimi-lo e ajudar na campanha.

INSTITUCIONAL

Entrevista/Deputado Nilson Gonçalves(PSDB)

“Nossa grande luta é por representação no Parlamento do Mercosul”

Presidente da Comissão do Mercosul na Assembléia, Nilson Gonçalves diz que o estado estará integrado ao contexto se tiver efetiva participação na nova instância parlamentar do bloco

Verlaine Silveira

AL Notícias – Qual tem sido o papel da Comissão do Mercosul, da Assembléia Legislativa, no desenvolvimento de novas políticas para o Mercosul e com países fora do bloco?

Nilson Gonçalves - Nosso papel nesta Comissão refere-se especialmente às questões de Santa Catarina, como, por exemplo, aquelas relacionadas

ao comércio de produtos. Se temos problemas com a comercialização de produtos perecíveis na fronteira com a Argentina, é através da comissão que iremos tentar resolver, dialogando com o país vizinho para, em conjunto, encontrar uma solução que seja boa para todos. O nosso relacionamento com os outros países se dá através da União Parlamentar do Mercosul (UPM), onde tratamos dos problemas do

Mercosul como um todo. Aqui, como comissão, entendo que devemos tratar dos assuntos atinentes ao nosso estado. Temos que nos ater a problemas mais localizados, como a questão dos bananicultores ocorrida recentemente e sobre a qual fizemos uma audiência pública em Jaraguá do Sul, quando autoridades argentinas fecharam a fronteira para o nosso produto.

AL Notícias - A infra-estrutura – transportes, telecomunicações, energia) – é o elo de ligação real com o Mercosul. Como estão os investimentos com esta finalidade?

Nilson Gonçalves – Em termos de Mercosul, propriamente dito, a Comissão participa da União Parlamentar do Mercosul (UPM). Esta é uma instituição que atualmente perdeu muita força devido à instalação do Parlamento do Mercosul. Este é constituído por senadores e deputados federais de todos os países que fazem parte do Mercosul. Mesmo que tenhamos um pensamento a respeito, não podemos fazer ações neste sentido. Não fazem parte os deputados estaduais.

AL Notícias - Qual é a grande luta, a grande reivindicação da Comissão do Mercosul no momento e em função da instalação do Parlamento do Mercosul?

Nilson Gonçalves – A nossa grande luta, hoje, é para a inserção dos deputados estaduais dentro do contexto do Parlamento do Mercosul. Precisamos ter voz ativa e não temos mais apenas participando da UPM. Veja que os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná têm vários representantes cada um, entre deputados federais e senadores, mas Santa Catarina não foi lembrada nessa composição.

AL Notícias - É possível isso ocorrer? Santa Catarina terá mais força integrando esse Parlamento?

Nilson Gonçalves – Certamente. Com a inserção dos deputados estaduais catarinenses no Parlamento do Mercosul teremos mais força para divulgar e ver atendidas as reivindicações do nosso Estado. Pois o que fala mais alto é esse Parlamento, atividade que anteriormente era ação da UPM, hoje enfraquecida. Temos no momento, então, dois poderes para fazer a mesma coisa. O que precisamos é tentar a nossa inserção.

AL Notícias - Essa reivindicação já foi feita?

Nilson Gonçalves – Sim. Participamos da última reunião da UPM, nos dias 6 e 7 deste mês, onde estavam integrantes também do Parlamento do Mercosul. Através de nosso

representante, o diretor de Articulação Política da UPM, Flávio Monteiro, estamos levando as nossas reivindicações, que, por sua vez, precisam ser levadas ao Parlamento por alguns de seus integrantes, que estão imbuídos desse mesmo desejo, de levar a participação de parlamentares estaduais.

AL Notícias - Santa Catarina está tendo uma boa receptividade? É possível que a solicitação venha a ser aceita?

Nilson Gonçalves – Acreditamos que sim. Conforme documento elaborado a partir da reunião da UPM, o objetivo maior de nossa participação nos encontros é o pleito de construir, dentro da estrutura do Parlamento do Mercosul, uma representação formada por deputados estaduais dos países do Mercosul, assim como já acontece com deputados federais e senadores. A reivindicação começou na reunião que ocorreu no dia 14 de dezembro do ano passado. Nessa data, dirigentes do Bloco Brasileiro entregaram um documento ao presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul no Congresso Nacional, o senador gaúcho Sérgio Zambiasi, durante a solenidade de ingresso do Brasil no Parlamento do Mercosul. Agora precisamos lutar para que a nossa inserção também aconteça.



Eduardo Guedes de Oliveira

Saiba mais

Nome: Nilson Gonçalves de Souza

Idade: 56

Natural de: Curitiba / PR

Partido: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

Regiões do Estado que representa: Norte e Nordeste

Atividade: Radialista e jornalista

Legislaturas: Eleger-se vereador em Joinville, em 1992, com 2.782 votos. Em 1996 reeleger-se, sendo campeão de votos do estado, com 7.498 votos. Atualmente está em seu terceiro mandato como deputado estadual, tendo recebido 54.823 votos.

Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação e do Mercosul

Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

Vice Presidente: Narcizo Parisotto (PTB)

Membros: Ada De Luca (PMDB), Elizeu Matos (PMDB), Jailson Lima (PT), Jandir Bellini (PP) e Moacir Sopelsa (PMDB)

Chefe de Secretaria da Comissão: Vilson Elias Vieira

Reuniões: Terças-feiras, às 18 horas

Telefone: (48) 3221-2901

Localização: Térreo

São atribuições da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação e do Mercosul exercer a sua função legislativa e fiscalizadora relativas a:

- Programas de integração com os estados brasileiros e outros países, dando prioridade ao Mercosul;
- Políticas de integração com os parlamentos da região;

- Implantação e evolução de acordos internacionais;
- Intercâmbio científico e tecnológico;
- Meios de comunicação social e liberdade de imprensa;
- Assuntos relativos a telecomunicações e informática;
- Produção e programação dos meios de comunicação;
- Informação como bem cultural e direito inalienável de todo cidadão;
- Liberdade de manifestação do pensamento e expressão sem qualquer restrição;
- Direção dos veículos de comunicação social de propriedade do Estado composta por órgão colegiado, com participação das entidades representativas dos profissionais de comunicação;
- Restrição do uso, pelo Poder Público Estadual, dos meios de comunicação social à publicidade obrigatória de seus atos oficiais e à divulgação de notas, avisos ou campanhas.

GERAL

Movimento pede reestatização da Vale

Audiência pública realizada no Plenarinho destacou pontos tidos como irregulares no processo de privatização

Vários representantes de movimentos sociais, sindicais, pastorais, entidades representativas, estudantes e lideranças políticas lotaram o Plenarinho da Assembléia Legislativa na noite do dia 15 para debater a reestatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). O deputado Padre Pedro Baldissera, líder do PT e presidente do Fórum Permanente pela Reestatização da CVRD, juntamente com o deputado Sargento Soares (PDT), estão fomentando a discussão sobre o assunto há algum tempo. O objetivo dos parlamentares é esclarecer a população sobre a importância da empresa e sobre as irregularidades no processo de privatização. O deputado Pedro Uczai (PT) também prestigiou a reunião.

Além da discussão sobre a campanha que está sendo feita em todo o território nacional pela retomada da CVRD, um plebiscito que acontece na primeira semana de setembro também vai fazer a consulta popular sobre outras questões, como as dívidas externa e interna, a tarifa de energia elétrica e a Reforma da Previdência.

Com a campanha "A Vale é nossa", ponto central da reunião, foram várias as manifestações em prol da retomada da empresa. Criada em 1941, a Vale do Rio Doce foi privatizada em 1997, fazendo parte do Programa Nacional de Desestatização, criado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), por um consórcio liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN, também uma empresa privatizada) e pelo empresário Benjamin Steinbruch,

que adquiram 41,73% das ações da empresa pela quantia de R\$ 3,3 bilhões, valor quatro vezes menor que o avaliado na época.

Em 2005 a CVRD obteve lucro estimado de R\$ 12,5 bilhões. Atualmente seu patrimônio é calculado em R\$ 100 bilhões, no qual a União detém somente 6,1% das ações. O questionamento do leilão da Vale do Rio Doce se estende para outras razões, como as 107 ações populares que tramitam na Justiça desde 1997, e da legislação brasileira, que determina que a exploração do subsolo somente pode ser feita por empresas nacionais. A Vale foi vendida para um consórcio que incluía acionistas estrangeiros.

Organização

Para Nauro José Velho, representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de Santa Catarina (Sintespe), o plebiscito é um instrumento de organização e luta dos trabalhadores. "Nosso debate deve estar pautado na busca dos votos da população."

Ao considerar o plebiscito "uma ação extremamente feliz" por ser politizador, Clarilton Ribas, representante da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), também se posicionou a favor da consulta popular envolvendo as demais questões sociais. "Podemos reverter a privatização. Só depende de nós."

Segundo Sargento Soares, é preciso focar a discussão na organização prática do plebiscito. "Necessitamos ter cuidado na organização tendo a unidade como perspectiva



Sargento Soares está preocupado com a organização para o plebiscito

no processo. Minha preocupação é que ainda não temos cédulas nem local de votação", disse. Para Joaquina de Oliveira, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), o plebiscito popular tem uma responsabilidade muito grande em construir a unidade da população. "A unidade é necessária e a autonomia frente aos governos e aos partidos políticos é imprescindível. Não vamos aceitar nenhuma retirada de direito", afirmou. Em tom enfático, o representante do Comitê Estadual pela Reestatização da Companhia Vale do Rio Doce, Sílvio Pelegrini Júnior, declarou: "A Vale é nossa e ela precisa voltar a ser nossa."

São Miguel do Oeste terá audiência sobre biocombustíveis

A Comissão de Constituição e Justiça confirmou, na reunião do dia 15, a realização de audiência pública em São Miguel do Oeste para discutir a implantação de uma política pública de incentivo à produção de biocombustíveis no estado. O evento será no dia 27 de agosto, às 14 horas, no Clube Comercial.

Proposta pelo deputado estadual Pedro Uczai (PT), que este ano apresentou cinco projetos de lei sobre o tema, a audiência integra um conjunto de atividades que serão promovidas no município, no mesmo dia, relacionadas às energias renováveis.

A programação, organizada pela Associação Estadual dos Pequenos Agricultores Catarinenses (Aepac) e movimentos sociais, começa às 9 horas, com apresentações sobre o assunto.

Na sequência será assinado um protocolo de intenções entre a Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis e Produtos Agrícolas do Sul do Brasil (Oestebio) e a Petrobras, para a implantação de uma agroindústria de biocombustíveis no Oeste de Santa Catarina.

No mesmo ato, a Aepac e a

Eletrósul assinam convênio para a realização de estudos sobre a viabilidade de produção de biocombustível na região.

Segundo Pedro Uczai, as atividades promovidas pela manhã darão subsídios para a audiência pública. "A presença de profissionais especializados da Eletrósul e da Petrobras, além dos movimentos sociais e agricultores que já realizam experiências na área, deverá ajudar na análise e no aperfeiçoamento dos nossos projetos nesta quarta audiência pública que realizamos no estado", disse o parlamentar.

Encaminhamentos

Após os debates, ficou decidido que será formada uma comissão com representantes de cada movimento envolvido no tema. A comissão será responsável pela organização e entrega dos materiais do plebiscito, como cédulas e urnas, além da escolha dos pontos estratégicos para a votação, que acontecerá de 1º a 7 de setembro. De acordo com o comitê estadual, as 700 mil cédulas serão distribuídas no próximo dia 25, na Assembléia Popular Estadual, em Curitiba. Após a data, os materiais poderão ser retirados na sede do Movimento Sem Terra (MST). O resultado da votação será divulgado no dia 25 de setembro.



CONHEÇA O
LEGISLATIVO

COORDENADORIA DE DIVULGAÇÃO E SERVIÇOS GRÁFICOS

A Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos da Assembléia Legislativa foi criada em setembro de 1988, desmembrada do então setor de Assessoria de Imprensa da Casa. Está subordinada à Diretoria Administrativa e de Tecnologia e tem atribuições de extrema relevância para o bom funcionamento do Poder Legislativo e a divulgação de seus trabalhos e projetos.

Entre as principais funções da coordenadoria estão: elaborar a diagramação e composição gráfica de material aprovado pela Mesa e Presidência da Assembléia Legislativa, executar os serviços gráficos e de expediente, controlar fornecimento de fotocópia, confeccionar material de expediente e publicações diversas, distribuir, controlar e arquivar avulsos de proposições em tramitação na Assembléia Legislativa, zelar pela conservação e manutenção dos equipamentos, supervisionar os serviços gráficos e criar material de divulgação para eventos da Assembléia Legislativa.

Para suprir suas atribuições, a coordenadoria conta com funcionários efetivos, estagiários universitários e do Projeto Antonieta de Barros (PAB).

O coordenador, Claudir José Martins, destaca que "este é um setor da Assembléia bem movimentado e o fluxo de trabalho é intenso, já que estamos ativos em dois períodos e viabilizando trabalhos provenientes de gabinetes dos deputados e material produzido pela Casa".

A Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos tem equipamentos apropriados: três máquinas de impressão colorida, três de impressão preto e branco, máquina off-set, coladeira de livro, cortadeira, máquina de cola e dobra e duas guilhotinas.

Fonte: Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos

ESPECIAL

Audiência pública discute Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa no Legislativo



No Plenário Osni Régis, parlamentares, representantes do governo estadual e de entidades empresariais tiraram duas moções com propostas de mudanças

Mudanças assustam alguns setores. Projeção é que, mantido o texto atual da lei, milhares de empresas catarinenses de pequeno porte podem ser levadas a reduzir postos de trabalho.

Rose Mary Paz Padilha

Uma audiência pública realizada no dia 15 no Plenário Osni Régis, da Assembléia Legislativa, colocou em pauta o Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa e, principalmente, a Lei do Supersimples. O encontro foi organizado pela Comissão de Finanças, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), e reuniu, além dos parlamentares, representantes do governo estadual, da Fiesc, Facisc e Fampesc.

A nova lei vai reunir sete impostos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Programa de Integração Social (PIS). A crítica feita pelos empresários e políticos

deve-se ao fato de alguns setores serem prejudicados com o fim da transferência de créditos do ICMS, até agora garantida pela lei de incentivo fiscal do Estado.

As entidades envolvidas buscam desde o mês de maio - quando foi realizada na Assembléia a primeira audiência pública sobre o assunto - promover mudanças na Lei do Supersimples a fim de reverter os prejuízos nos negócios que envolvem vários setores empresariais catarinenses. A principal reivindicação é a manutenção do benefício da transferência de crédito de ICMS para micro e pequenas empresas de Santa Catarina. "Com as mudanças na lei, nossa despesa com o pagamento do ICMS passou de R\$ 8 mil para R\$ 32 mil. Por não termos o crédito, nos tornamos devedores do governo do Estado. A situação está insustentável", declarou o empresário de Nova Veneza, Jeyson De Nez.

O Secretário de Desenvolvimento Regional de Joaçaba, Jorge

Dresch, disse que é preciso adequar a legislação ao Supersimples. "Essa nova lei é uma dor de cabeça para os contadores. E para os empresários mais ainda. Contamos com o apoio dos deputados para fazer as mudanças necessárias", afirmou.

O presidente da Fampesc, Cloir Dassoler, também pediu aos deputados que intercedam junto ao governo estadual para que, de alguma forma, as micro e pequenas empresas tenham o crédito de ICMS de volta. "Queremos essa continuidade. Não dá para conviver com uma situação em que 6 mil empresários catarinenses estão demitindo funcionários. Se não resolvermos isso teremos problemas sociais graves, como o fechamento de 60 mil vagas no estado", alertou. Dassoler disse ainda que a micro e pequena empresa têm tratamento diferenciado porque seu lucro é menor do que as grandes empresas. "Não podemos tratar os desiguais com igualdade".

Ao final do encontro foram aprovadas duas moções. A primeira será encaminhada ao governo federal, ao Congresso Nacional e ao Fórum Parlamentar Catarinense, para que seja editada Medida Provisória permitindo aos estados a manutenção dos seus programas de incentivo às micro e pequenas empresas, estabelecendo prazo máximo de 31 de agosto de 2007 para que as empresas possam se beneficiar desses programas. Esta moção também pede que seja excluído do inciso 10º, do artigo 17 da referida lei, a vedação de que os vitivinicultores possam aderir ao programa Simples Nacional.

A outra moção, encaminhada ao governo do Estado, solicita que se permita à empresa optante pelo Simples Nacional usufruir da transferência de crédito de ICMS, através de um crédito presumido na conta gráfica da empresa, que compre das micro e pequenas empresas de Santa Catarina.



Foto divulgação/Deise Freitas

Vitivinicultura é um dos setores tratados como vulneráveis

Retrospectiva: movimento pelo estado

O primeiro grande movimento sobre a Lei do Supersimples em Santa Catarina ocorreu no dia 18 de maio, na Assembléia Legislativa, com uma audiência pública realizada pela Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia, presidida pelo deputado Sílvio Dreveck (PP). O evento foi prestigiado por representantes dos setores que se enquadram na Lei Geral da Microempresa e pelos deputados federais de Santa Catarina Carlito Merss e Cláudio Vignatti, do PT, e Odacir Zonta (PP). O presidente da Frente Parlamentar Mista da Lei da Micro e Pequena Empresa, do Congresso Federal, deputado federal José Pimentel (PT), também participou e apontou como um dos aspectos mais importantes da Lei Geral o cadastro único do CNPJ, que altera o sistema de criação de uma nova empresa.

Na ocasião foi formada a Subcomissão da Lei Geral da Microempresa, presidida pelo deputado Dirceu Dresch (PT), cuja primeira decisão foi promover encontros sobre o tema em várias regiões do estado. Chapecó foi o primeiro município a discutir a implantação da Lei Geral durante o ciclo de cinco audiências públicas que teve início no dia 12 de junho. Os participantes apontaram o setor de transportes como o mais problemático. Em Lages, empresários do setor dos transportes e caminhoneiros reclamaram que a taxa, da maneira como está sendo previs-

ta, torna inviável para a categoria participar do programa.

Em Joinville, o presidente da Federação das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Fampesc), Cloir Dassoler, afirmou que pelo menos 30% da Lei precisa ser revista e adequada às necessidades dos empresários catarinenses. "O nosso maior problema é o crédito tributário. Ele ainda apresenta muitas falhas." Os setores de transporte turístico, gráficas e vinicultura foram apontados por Dassoler como os mais vulneráveis. Foi apresentado um relatório do Sebrae que demonstrou que quem já optou pelo Simples Federal terá redução média na carga tributária de 20%.

Na cidade de Blumenau, Osni Vieira Branco, conselheiro do Sebrae, disse que a Lei Geral é o grande instrumento de formalidade já que o Brasil possui mais de 10 milhões de empresas informais. A unificação de impostos e contribuições num único documento deverá beneficiar as mais de 15 milhões de micro e pequenas empresas, formais e informais, responsáveis por 20% do PIB brasileiro. Em Criciúma, o foco do debate ficou na necessidade de regulamentação por parte do Estado e dos municípios, medida importante para que as empresas possam ter acesso a todos os benefícios da Lei Geral, tais como compras governamentais, diminuição da burocracia, redução de imposto e acesso às tecnologia e ao crédito.

Deputados apontam riscos de prejuízos

O deputado Dirceu Dresch (PT), que preside a Subcomissão da Lei Geral da Microempresa, disse na audiência que Santa Catarina não pode ser tratada como os demais estados brasileiros, uma vez que as micro e pequenas empresas catarinenses tinham uma lei de incentivo fiscal inovadora e avançada, única entre os estados federados. Para ele, esse incentivo deve ser defendido junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). "Estamos com 90% dos micro e pequenos empresários incluídos no Supersimples e 10% ainda apresentam problemas. Precisamos de uma grande articulação para resolver esse problema, que será levado à reunião do Confaz, no dia 21, em Brasília", informou.

O líder da bancada do PMDB, deputado Manoel Mota, diz que "a nova lei do Supersimples é boa em alguns aspectos, mas prejudicou vários setores, como as micro-empresas que fornecem para grandes indústrias e atacadistas". Ele também lembrou que Santa Catarina era o único estado que permitia o

credito do ICMS para a etapa seguinte, vedado pelo artigo 23 desta nova lei. "Minha luta é para que se amplie o enquadramento de novas atividades empresariais na lei, bem como a adequação das alíquotas à carga tributária presente." Para o líder da bancada do PT, deputado Pedro Baldissera, o Supersimples traz avanços aos empreendedores de pequeno porte, como a integração da base de dados. Ainda há medidas de fomento, como as licitações de até R\$ 80 mil que poderão ser feitas exclusivamente para micro e pequenas empresas. Por outro lado, destaca, são necessárias adequações. "Um caso é o dos créditos do ICMS que, por inoperância do Governo do Estado, estão ameaçados."

O deputado Gelson Merísio, líder da bancada do DEM, foi contundente: "O Brasil não tem cultura de boas leis de arrecadação tributária e mais uma vez não temos uma boa lei. O pressuposto da lei deve ser simplicidade no entendimento e na aplicação e o que vemos é um labi-

rinto de tabelas. São 27 no total. Se mantida como está, 5 mil empresas catarinenses serão prejudicadas."

Já o deputado Kennedy Nunes informou que, apesar de alguns aspectos questionáveis, a bancada do PP, a qual lidera, considera positiva a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, Lei Complementar nº123/06. "A unificação dos impostos federais, estaduais e municipais, com data única para pagamento; a desburocratização para aquisição de créditos, a facilidade aos exportadores e a possibilidade de vendas de até R\$ 80 mil, para órgãos públicos, sem ter que enfrentar a concorrência das grandes empresas, são alguns dos pontos altos do Supersimples."

Líder da bancada do PSDB, o deputado Marcos Vieira acredita que o contribuinte está tendo dificuldades para interpretar a Lei do Supersimples. "Alguns setores foram prejudicados com a extinção da transferência de créditos do ICMS. Mas, a Lei também traz benefícios. O trabalho está em alcançar o equilíbrio, minimizar os danos e manter os

pontos positivos. Não é uma tarefa fácil. É preciso muito diálogo com a sociedade."

Desagrado

Aumento de impostos e redução dos benefícios são as principais críticas da deputada Odete de Jesus, líder do PRB, ao Supersimples. Pontos que, destaca, vêm provocando o desagrado dos contabilistas e, principalmente, dos empresários. A deputada decidiu, diante desse problema, fazer um pedido de prorrogação de prazo para a adesão a essa nova forma de arrecadação tributária, apresentando, por meio de Moção de Apelo, essa sugestão ao Congresso Nacional.

Na opinião do Deputado Sargento Soares, líder do PDT, "a tendência inexistente é que as pequenas empresas venham a sucumbir, sendo engolidas pelos monopólios. Dar incentivo aos pequenos empresários é tão somente retardar o inevitável." Para ele, mesmo sendo uma iniciativa louvável, a longo prazo não

resolverá o problema. "Para acabar com a concentração de capital será necessário primeiro acabar com o capitalismo."

O deputado professor Sérgio Grando, líder do PPS, afirma que, afóra os avanços que o projeto traz para as empresas no campo das relações de trabalho, constam inovações perigosas para os trabalhadores, como a flexibilização da fiscalização do trabalho e a redução dos depósitos prévios para interposição de recursos na Justiça do Trabalho. "Vejo esta alteração com certa preocupação. Temos que ver se esta questão apontará para a própria flexibilização do Direito do Trabalho."

Para Narcizo Parisotto, líder do PTB, este novo sistema contribuiu com as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, que terão uma diminuição da pesada carga tributária e novas alternativas para geração de emprego e renda, servindo com um impulso para a continuidade do crescimento e fortalecimento de nossa economia.



Eduardo Guedes de Oliveira

Na variada interpretação da lei, uma unanimidade: 11 milhões de trabalhadores devem migrar para a formalidade

Colaboraram: Andrezza de Souza, Denise Bortolon, Graziela Pereira, Rodrigo Viegas, Suzana Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

INSTITUCIONAL

Amyr Klink fala sobre a responsabilidade de cada um no aquecimento global

Navegador relatou suas viagens e afirmou que “o perigo está nos pequenos vícios cotidianos, em desperdícios assassinos”

Rodrigo Viegas

O navegador e escritor Amyr Klink deu continuidade, no dia 15, ao programa *O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa*, iniciativa do Parlamento estadual, com apoio da Associação Catarinense de Imprensa e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina. O público lotou o Auditório Antonieta de Barros para a palestra sobre aquecimento global, também prestigiada pelos deputados Julio Garcia (DEM), presidente da Casa, Renato Hinnig (PMDB) e professor Sérgio Grandó (PPS).

Amyr Klink iniciou sua explicação deixando claro que não é um especialista em aquecimento global, mas em projetos. “Minha atividade é planejar, construir e navegar. Este processo me levou a passar os últimos 21 anos viajando.” Estas duas décadas nos mares fizeram dele um observador atento do meio ambiente e da natureza humana, qualidade que lhe atribuiu autoridade para falar sobre os caminhos que o planeta toma.

Tudo começou na cidade de Paraty (RJ). Foi lá que Amyr partiu para sua caminhada. “Tenho grande carinho por Paraty, cidade como poucas no Brasil. Nasceu de um projeto, coisa rara no país. Nasceu de sua vocação para porto e soube fazer uso racional das matérias disponíveis até a influência desastrosa de algumas administrações que se diziam modernas”, criticou.

Mesmo com a criatividade dos fundadores de Paraty colocada à prova, Amyr Klink decidiu que ali construiria uma casa adequada àquela natureza. Foi o operário de uma residência rústica que até hoje não conta com energia elétrica. “O prefeito quer passar luz elétrica pela minha propriedade, mas não há como me convencer. Sem luz e sem estrada. A forma mais fácil de se chegar lá é de barco e assim será sempre.”

Para o experiente navegador “é importante se afastar do uso tecnológico para compreender a verdadeira necessidade das tecnologias. Muitas vezes não se compreende a simplicidade da verdade e isso nos leva a atitudes equivocadas”. Constantemente criticado por se negar a abrir seu recanto para a especulação imobiliária ou construção de resorts, Amyr destaca a importância de manter o lugar intocado, “isso é muito mais valioso para o futuro”.

É nas coisas simples e em seus detalhes que o palestrante baseia muitas de suas idéias. Destacou que numa simplória canoa de pescador pode estar um cabide de informações tecnológicas. E foi atento a estas pequenas coisas que solucionou problemas e venceu desafios.

Planejamento

O primeiro grande feito do navegador, a travessia solitária do Atlântico Sul num barco a remo, foi, segundo ele, “uma idéia equivocada, mas importante para aprender como o equilíbrio de elementos pode garantir a sobrevivência e o sucesso de uma expedição”. A falta de experiência foi fundamental para o êxito, pois exigiu cuidado extremo no planejamento.

Para sua primeira experiência na Antártica, a preparação levou seis anos. As dúvidas e temores da família e o tempo de duração da empreitada, inicialmente estipulada em 15 meses, fizeram com que fosse rotulado de insano.

Acabou sendo uma temporada de 22 meses, nove dos quais preso no gelo, esperando o inverno passar. “Foi uma experiência incrível. Aprender a racionalizar energia, produzir água, me manter aquecido.” Os riscos de estar sozinho numa situação extrema em lugar inóspito lhe revelaram que “o perigo está nos pequenos vícios cotidianos, em desperdícios assassinos dos quais não nos damos conta”.

Foi nesta viagem que Amyr Klink conheceu o inverno antártico. Preparado para os meses de escuridão, se disse surpreso ao se deparar com o mar congelado. “Um lençol branco de neve refletindo a luz das estrelas. Uma luminosidade mais eficiente e agradável do que a luz solar.”

Depois disso nasceu o projeto de construir um barco para navegar especialmente na Antártica. Uma série de inovações, algumas delas desenganadas por especialistas, fizeram nascer nele a vontade de construir seu próprio estaleiro. Hoje, este estaleiro, em Itapevi (SP), é especializado na construção em alumínio e compete, em pé de igualdade, com alguns dos melhores estaleiros do mundo. “Estamos longe do mar, mas numa região carente, onde existem pessoas dispostas a colocar a alma num trabalho em que acreditam.”



Eduardo Guedes de Oliveira

Navegador construiu sua própria casa em Paraty (RJ) e até hoje rejeita confortos como energia elétrica e asfalto

Progresso e desenvolvimento são coisas diferentes

Construindo sua própria embarcação, Amyr Klink partiu para um desafio extremo. A volta ao mundo pelo continente Antártico. Ondas enormes, gelo, correntes marítimas violentas despertaram mais uma vez sua paixão. “Era uma provação. Não podia dormir mais que 45 minutos, nem tirar os olhos do horizonte. Um desafio de 14 mil milhas em menos de 100 dias.”

Para alcançar o objetivo seria necessário navegar 200 milhas por dia, cálculo que não considerou os enormes icebergs e a ocorrência de ciclones. “Testemunhei ocorrências preocupantes entre minhas viagens. Não sei de quem é a culpa por isso, mas sei que é nossa responsabilidade tomar consciência e providências”.

Ondas de 80 pés, tempestades e situações gravíssimas

fizeram com que ficasse até 60 horas ininterruptas no leme. Desistir passou-lhe pela mente. “Fui salvo por minha mulher. Depois de um contato por rádio ela simplesmente vendeu uma casa que tínhamos em São Paulo e contratou um serviço americano de meteorologia, capaz de fazer uma análise melhor que a minha naquelas terríveis condições. Aquilo me colocou apto a vencer mais um desafio e conseguir voltar pra casa”.

Apoio

Para continuar ultrapassando limites, Amyr Klink teve o apoio fundamental - da família. Tanto que decidiu levar os filhos para outra viagem. Destino? Antártica. Oito adultos e cinco crianças rumo à Antártica foi “uma experiência

diabólica”. A experiência ensinou que crianças têm um incrível talento para entender conflitos. “Superamos o profissionalismo nesta viagem. Passei a contestar o conceito de profissional. É preciso dar um pouco mais de si e elas foram capazes. Padecemos de um vício paternalista de que alguém vai resolver nossos problemas, mas elas tiveram a coragem e paciência para superar todas as barreiras”.

Para finalizar a palestra, não sem antes criticar, com humor, a inoperância náutica de Florianópolis, “que construiu duas pontes para garantir que nenhum navio passasse por aqui”, Amyr Klink lembrou que “o propósito do ser humano não é o progresso, mas o desenvolvimento. A solução para um mundo mais equilibrado cabe a nós encontrar”.

COMISSÕES

Reunião conjunta entre comissões vai discutir currículo escolar

Iniciativa da CCJ debaterá formas de incluir no ensino básico temas como violências doméstica e contra a mulher

Está marcada para o dia 28 de agosto, às 9 horas, na Sala das Comissões, uma reunião conjunta entre as comissões de Justiça, Educação e Direitos e Garantias Fundamentais, com a participação de representantes da Secretaria de Estado da Educação, Conselho Estadual de Educação e Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte/SC). O encontro pretende promover um amplo debate sobre o tema e matérias que tramitam na Casa.

A decisão foi tirada na reunião do dia 14 da Comissão de Constituição e Justiça, que foi presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB). A motivação foi o Projeto de Lei 119/07, da deputada Ana Paula Lima (PT), que inclui no currículo dos estabelecimentos de ensino de educação básica de Santa Catarina, conteúdos relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher. O relator da matéria, Marcos Vieira, apresentou substitutivo global ao projeto, transformando-o em projeto de lei complementar. O de-



Na reunião da CCJ, deputados agendaram audiência pública sobre isenção do ICMS na aquisição de óleo diesel

putado Joares Ponticelli (PP), autor da proposta de discussão ampla sobre currículo escolar, justificou sua sugestão alegando que não é possível incluir novas disciplinas no currículo regular e que os setores envolvidos precisam encontrar uma maneira de proporcionar aos

estudantes a discussão sobre temas relevantes.

ICMS

Na mesma ocasião foi marcada para o dia 3 de setembro, às 14 horas, no auditório Antonieta de

Barros, audiência pública para discutir o Projeto de Lei 204/07, do deputado Darci de Matos (DEM), que trata da possibilidade de isenção do ICMS sobre aquisição de óleo diesel pelas empresas concessionárias do transporte urbano de Santa Catarina.

Outros projetos

Foram aprovados o Projeto de Lei nº 321/07, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), que institui o Dia Estadual do Administrador Público, a ser comemorado anualmente no dia 5 de julho, e o Projeto de Lei 245/07, do deputado professor Sérgio Grandó (PPS), instituindo o dia 6 de setembro como o Dia Estadual do Atleta Profissional de Futebol.

Os parlamentares também aprovaram o Projeto de Lei 330/07, que altera a Lei Estadual 11.392/00, que instituiu a Política Estadual de Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). De autoria da deputada Odete de Jesus (PRB), a matéria determina a fixação de cartazes informativos sobre as DSTs em motéis e afins de todo o estado.

Deputados querem participação efetiva no Parlamento do Mercosul

Os deputados que integram a Comissão do Mercosul na Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB), estiveram reunidos no dia 14 para definir reivindicações e ouvir o relato do diretor de Articulação Política de Santa Catarina, Flávio Monteiro. Ele participou, nos dias 6 e 7 deste mês, em Montevideu, de reunião da União de Parlamentares do Mercosul (UPM).

Como um dos representantes do bloco brasileiro, Monteiro trouxe o documento resultante da reunião. Um dos principais pontos do documento está na reivindicação por participação efetiva dos deputados estaduais na configuração do Parlamento do Mercosul.

"O objetivo maior da missão foi o pleito de construir,

dentro da estrutura deste Parlamento, uma representação formada por deputados estaduais, já que, provisoriamente, ele é constituído de deputados federais e senadores dos quatro países que integram o Mercado Comum do Sul (Mercosul)", diz o documento.

Da reunião na Assembleia participaram, além do presidente e de Monteiro, os deputados Jandir Bellini (PP), Elizeu Matos (PMDB) e Jailson Lima (PT). Conforme esclareceram, é consenso que deve existir uma participação efetiva dos catarinenses no Parlamento do Mercosul. Essa é uma solicitação que já está em andamento, de forma precursora às eleições que acontecem em 2010 para eleger a nova composição desse Parlamento, cujo regimento interno já foi aprovado.

Comissão de Agricultura aprova realização de audiências públicas

A Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), aprovou no dia 15 a realização de três audiências públicas para tratar do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), produtos transgênicos e legislação ambiental.

A única com data marcada é a audiência pública que vai discutir a adesão do Estado e dos municípios ao Suasa, em Caçador, no dia 28 de setembro. Para a reunião serão convidados representantes dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (Epagri), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), Federação Catarinense de Municípios (Fecam), câmaras de vereadores e entidades representativas.

Outra audiência pública, solicitada pela deputada Odete de Jesus (PRB), tratará do plantio,



Caramori, Dresch, Soares e Vieira querem levar debate para municípios

comércio e industrialização de produtos geneticamente modificados. O encontro deverá acontecer em conjunto com a Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Genésio Goulart (PMDB). "A Casa precisa aprofundar a discussão sobre o assunto. É preciso urgentemente a regulamentação para esses produtos", disse o deputado

petista Dirceu Dresch.

Já o deputado Herneus de Nadal (PMDB) solicitou a realização de uma audiência pública, desta vez no município de Chapecó, para tratar da aplicação da legislação ambiental nas pequenas propriedades agrícolas. A princípio, a audiência deverá ocorrer na primeira semana de setembro.

PLENÁRIO

SATC transforma máquinas caça-níqueis em jogos educativos



Comin: criatividade reconhecida

Na sessão plenária do dia 15, o deputado Valmir Comin (PP) apresentou indicação pedindo que o governo firme parceria com a faculdade SATC (Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão). A intenção é que todas as máquinas caça-níqueis apreendidas, que ainda estão em posse do Estado, sejam transformadas em máquinas didáticas e encaminhadas às escolas.

O líder do PP, deputado Kennedy Nunes, salientou que

a conversão de máquinas caça-níqueis em máquinas didáticas foi realizada com sucesso pela faculdade SATC, de Criciúma.

Positivo

Para o deputado José Pereira Natal (PSDB), que assistiu à reportagem veiculada em TV local a respeito da transformação das máquinas caça-níqueis, "o resultado foi altamente positivo para os jovens catarinenses". Natal ficou entusiasmado com a atuação da SATC.

O deputado recebeu informações da assessora de imprensa da entidade, Larissa Leonardi. Ela informou que a instituição é referência no ensino profissionalizante e tecnológico. "Seu campus tem 550 mil metros quadrados. São 62 salas de aula, 50 laboratórios com equipamentos de ponta, um complexo esportivo com dois ginásios cobertos, três campos de futebol e pista oficial de oito raias. A escola recebe apoio financeiro das empresas carboníferas e desde 2000 é um Centro de Educação e Tecnologia", informou Natal.

Onofre comemora vitória de proprietários de terrenos de marinha

A vitória do deputado Cesar Souza Júnior (DEM) na Justiça Federal taxas de terrenos de marinha foi comemorada pelo deputado Onofre Agostini (DEM). Segundo informou, diversos moradores entraram na justiça para a reavaliação do pagamento das taxas. "Júnior lutou e defendeu o pescador pobre proprietário de terreno de Marinha. Imagine só uma taxa que custava R\$ 500 passou para R\$ 5 mil. Isso é um absurdo".

Em aparte, o deputado Cesar Souza Júnior afirmou que a Justiça

apenas reconheceu que o aumento de taxa é abusivo e que agora só resta a decisão final do STF para que todos os proprietários sejam beneficiados. "É preciso que todos entrem na Justiça para que possam ser beneficiados. O que está acontecendo é um terrorismo fiscal do governo brasileiro", disse.

Os terrenos de marinha são a parcela do patrimônio imobiliário da União que se limita com o litoral brasileiro. Eles correspondem à faixa de 33 metros a contar da linha de preamar média do ano de 1831.



Onofre: taxa abusiva

Jailson quer permanência da marca BESC

Diante da rentabilidade obtida pelo BESC no primeiro semestre deste ano, cerca de R\$ 46,3 milhões, o deputado Jailson Lima (PT) saiu em defesa da permanência da marca Besc quando a instituição for incorporada pelo Banco do Brasil. Ele também quer que seja mantida a condição de banco público, já que há agências do banco nos 293 municípios catarinenses.

Segundo Jailson, o crescimento da instituição foi de 122,54% sobre o resultado do segundo semestre de 2006, sendo que entre os fatores que levaram a este incremento destaca-se a expansão das operações de crédito, o aumento da

prestação de serviços e o controle das despesas administrativas.

Apoio

Em função da má situação financeira por que passam os hospitais do estado, Jailson contou que recebeu uma carta do Hospital Misericórdia, de Blumenau, solicitando seu apoio para a aprovação do Projeto de Lei nº 276/07, de autoria do deputado Dagomar Carneiro (PDT). A matéria altera a Lei nº 13.334/05, que institui o Fundo Social, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social na forma do artigo 204 da Constituição Federal

e permite a manutenção da prestação de serviços para a saúde.



Jailson: banco público

Mota demonstra satisfação com a realização da obra da BR-101

Satisfeito com o andamento das obras de duplicação do trecho Sul da BR-101, o líder do PMDB, deputado Manoel Mota, destacou em Plenário, no dia 14, o ritmo acelerado das obras em Santa Catarina Rio Grande do Sul. "São 14 anos de luta pela duplicação", lembrou. Mota acrescentou que o andamento da obra se deu após as reivindicações e movimentos realizados pela população em busca dessa iniciativa que, além de salvar vidas, vai proporcionar o desenvolvimento do estado, pois na rodovia trafegam muitos caminhões com produtos para exportação.

Ainda em seu pronunciamento, Mota comentou que qualquer tipo de licitação feita para desenvolver trabalhos para o governo segue as normas de licitação e a empresa vencedora é a que executa os trabalhos.

Aprovados

Proibida a comercialização de agrotóxico em Santa Catarina

No dia 14 foi aprovado em Plenário o Projeto de Lei nº 70/07, de autoria do deputado Narcizo Parisotto (PTB), que proíbe a comercialização e o uso de brometo de metila na agricultura catarinense, em qualquer fase da produção, armazenamento, depósito ou tratamento de produtos e matérias-primas agrícolas destinadas à industrialização.

Ainda conforme o projeto, todos os produtos agrícolas provenientes de outros estados ou de outros países, tratados com brometo de metila, deverão ser identificados por um selo e acompanhados de um certificado oficial no qual constem os níveis de resíduos permanentes.

Foram aprovadas ainda duas emendas aditivas ao projeto, ambas de autoria do deputado Onofre Agostini (DEM). A primei-

ra diz que a proibição não pode ser aplicada aos tratamentos quarentários e fitossanitários para fins de importação e exportação, em zonas primárias dos portos, aeroportos, estações aduaneiras e alfândegas. Ele explica que a Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 14 de fevereiro de 2003, autoriza o uso do brometo de metila até 31 de dezembro de 2015 para culturas como abacate, castanhas de caju, morango e pêra.

A outra emenda determina que os produtos industrializados, de consumo humano ou animal, no trânsito internacional de mercadorias deverão manter a identificação do selo, com exceção dos tratamentos quarentários e fitossanitários de embalagens de madeira, e seus afins.

Código de Defesa do Consumidor: atualizado e disponível ao público

O Plenário aprovou no dia 15 o Projeto de Lei nº 37/07, de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que estabelece que os fornecedores de produtos e serviços atuantes em Santa Catarina ficam obrigados a disponibilizar ao público, para orientação e consulta, de forma direta e imediata, um exemplar atualizado do Código de Defesa do Consumidor. Para efeito da lei, considera-se fornecedor toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvam atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

A proposição esclarece ainda que produto é qualquer bem,

móvel ou imóvel, material ou imaterial, enquanto serviço é qualquer atividade fornecida ao mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

No caso de descumprimento desta norma, haverá notificação de advertência para sanar a irregularidade no prazo de quinze dias, na primeira infração; multa de R\$ 1 mil se decorrido este prazo e, caso persista a irregularidade; e multa de R\$ 2 mil nas reincidências subsequentes.

Gonçalves defendeu o projeto ressaltando a vulnerabilidade do cidadão nas relações de consumo, razão pela qual vale a preocupação em garantir seus direitos.

GERAL

Frente Parlamentar Catarinense contra prorrogação da CPMF será instalada

Diante da iminente votação, no Congresso Nacional, de matéria que prorroga a CPMF até 2011, o deputado José Natal Pereira (PSDB) propôs a formação de uma Frente Parlamentar Catarinense com o objetivo de barrar, a tempo, a sua reedição. A proposta já recebeu adesão de vinte e cinco parlamentares, número suficiente para sua aprovação, e todos declaradamente contrários a prorrogação do imposto, criado em 1997 com o intuito de arrecadar verbas para a área da saúde.

Desde que teve início, a CPMF já arrecadou R\$ 203,224 bilhões e, segundo dados da Receita Federal, apenas no pri-

meiro semestre de 2007 os valores chegam a R\$ 17,334 bilhões. Segundo Natal, o imposto foi criado em um momento de comoção nacional em relação à saúde, sendo que somente nos primeiros anos foram revertidos 10% da arrecadação para o setor, ficando o restante, em sua avaliação, para caixa do governo federal.

Os parlamentares que aderiram à proposta se reúnem na próxima quarta-feira, 22, às 9 horas, no Plenarinho do Legislativo, onde oficializam a instalação da Frente Parlamentar e iniciam o cronograma de atividades pertinentes, tendo em vista o curto espaço de tem-



Natal: pouco para a saúde

po disponível, pois a votação da reedição do CPMF deverá acontecer até, no máximo, dia 30 de setembro.

Restos mortais de Cruz e Sousa devem ser transferidos para o estado

Em ofício que recebeu do secretário da Coordenação e Articulação, Ivo Carminatti, do



Grando: solicitação atendida

secretário de Turismo, Cultura e Esporte, Gilmar Knaesel, e da superintendente da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), Elizabeth Anderle, o deputado Professor Sérgio Grando (PPS) viu atendido um pedido feito ao governo do Estado. A reivindicação é para que sejam transferidos para Florianópolis os restos mortais do poeta simbolista Cruz e Sousa, que se encontram no Rio de Janeiro.

O deputado havia feito uma indicação ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) solicitando essa providência e foi atendido. O processo para tal já foi encaminhado. No dia

22 de maio, a superintendente da FCC submeteu a sugestão ao Conselho Estadual de Cultura, que deu parecer favorável.

Meio ambiente

Grando relatou em Plenário sua participação na preparação da 3ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, que acontece em 2008, e as reuniões prévias que devem ocorrer no estado até o final do ano. A conferência vai tratar sobre mudanças climáticas. Para uma posição estadual, serão realizadas reuniões em sete regiões de Santa Catarina, discutindo inclusive educação ambiental.

Udesc de Joinville tem 40% das vagas ociosas

O levantamento feito pelo ex-diretor e professor da Udesc, Nelson Trigo, sobre as vagas ociosas na instituição em Joinville foi o tema levantado na sessão do dia 16 pelo deputado Kennedy Nunes (PP). No segundo semestre de 2007, foram abertas 19.914 vagas no vestibular e ocupadas 12.612, ou seja, 40% da oferta de vagas não estão sendo preenchidas pelos estudantes.

Ainda segundo Kennedy, se a instituição de Joinville aumentar de 40 para 50 o número de vagas em cada curso, permitiria o acesso de mais 700 alunos no próximo semestre, sem a necessidade da criação de novas universidades.

Polêmica entre polícias Civil e Militar

O deputado Sargento Soares (PDT) lamentou, no dia 14, em Plenário, o não cumprimento da Lei nº 9099, de 1995, que confere a toda autoridade policial a permissão de lavrar Termos Circunstanciados (TC) de ocorrência. O TC trata de contravenções com pena de no máximo dois anos e que podem ser resolvidas pelas autoridades que elaboram o termo, marcando a data para os envolvidos comparecerem em juízo.

Os delegados da Polícia Civil, no entanto, afirmam que a Polícia Militar não pode realizar os TC. Para o parlamentar,

quem perde com isso é Santa Catarina.



Soares: falta cumprir a lei

[GABINETES]

EMENDA NO PRÓ EMPREGO

A deputada Odete de Jesus (PRB) teve aprovada emenda supressiva à Medida Provisória 135/07, que alterou a Lei nº 13.342, de 10 de março de 2005, relativa ao Prodec (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) e a Lei 13.992, de 15 de fevereiro de 2007, relativa ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (Fadec). Com isso, as empresas continuarão obrigadas a manter assistência à infância, garantindo creches aos filhos das mulheres trabalhadoras.

Pela proposta original da MP, estaria sendo retirada, no âmbito estadual, a responsabilidade legal das empresas participantes do Prodec manterem creches à disposição das mães que integram seu quadro funcional. Em sua justificativa, a deputada destacou que não havia sentido em prejudicar as garantias já dadas à infância, e a manutenção dessa previsão legal de benefício não muda o rumo, espírito e o propósito de mérito do Prodec. (Ivan Pimentel, assessor da deputada Odete de Jesus)

CONFERÊNCIA NACIONAL

A Assembléia Legislativa será representada pela deputada Ana Paula Lima (PT) na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que acontece entre os dias 18 a 21 de agosto, em Brasília.

A parlamentar estará entre as 2,8 mil delegadas representantes das 27 unidades federativas do país na conferência que vai debater e deliberar sobre a execução do plano nacional de políticas para as mulheres pelos executivos Federal, estaduais e municipais. A comitiva de delegadas catarinenses é formada por 77 mulheres que enfrentarão 30 horas de viagem de ônibus para também participar. "Às catarinenses que cortarão o Estado de Santa Catarina para também se juntar à comitiva que sairá de Florianópolis, meu apoio e a garantia da decisão acertada por acreditarem em uma maior participação da mulher nos espaços de poder do país", enfatizou a parlamentar. (Marilene Rodrigues, assessora da deputada Ana Paula Lima)

AGRICULTURA FAMILIAR

O deputado Dirceu Dresch (PT) solicitou ao governador do Estado que isente de ICMS os produtos manipulados vendidos pelos agricultores familiares para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Moção de sua autoria, aprovada por unanimidade na quarta-feira (15), foi encaminhada ao Executivo. O parlamentar defende que o valor correspondente à alíquota de 17% de ICMS sobre os produtos que os agricultores industrializam para vender aos programas governamentais seja revertido em mais dinheiro para a compra, beneficiando um número maior de agricultores. Cada agricultor familiar pode vender até R\$ 3,5 mil por ano ao Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal. "Um grande volume de recursos do programa está virando imposto ao invés de ir para o bolso de mais famílias de agricultores. Conseqüentemente, menos alimentos são adquiridos para atender os programas sociais nos municípios", disse. O governo federal já destinou este ano para Santa Catarina, por meio do PAA, mais de R\$ 13 milhões. Parte desse recurso virou imposto pago ao Estado. (Edson Junkes, assessor do deputado Dirceu Dresch)

ENERGIA RENOVÁVEL

O Fórum Internacional de Energia Renovável - Eco Power Conference -, que acontece entre os dias 28 e 30 de novembro de 2007, em Florianópolis foi comentado em Plenário pelo deputado Renato Hinnig (PMDB). O evento, que vai reunir as maiores autoridades internacionais em energia alternativa e meio ambiente, vai discutir uma nova mentalidade na questão energética.

De acordo com o parlamentar, a atual matriz energética, baseada principalmente no petróleo e outros combustíveis fósseis, está se tornando insustentável. "É um segmento muito importante e temos que debater o assunto. É a energia que constrói o desenvolvimento. E o governo do estado participa efetivamente dessa luta".

A Eco Power Conference vai oferecer aos participantes painéis com autoridades e empresas que abordarão o tema do evento, tendências e visão futura, com debates nas áreas de Negócios e Investimentos, Ciência e Tecnologia, Economia e Políticas Públicas. (Danilo Coutinho, assessor do deputado Renato Hinnig)

EM APENAS SEIS MESES A ASSEMBLÉIA VOTOU 124 MATÉRIAS

TODAS DO SEU INTERESSE

Conheça o trabalho da nossa Assembleia Legislativa.
Você estará participando do dia-a-dia de uma Casa que existe para
melhorar a vida dos catarinenses. A sua vida e de sua família.

A nova legislatura iniciou em fevereiro e já soma
124 matérias produzidas, discutidas e votadas no plenário
mais vibrante do Estado. Pela Internet, assistindo a TVAL,
por telefone ou pessoalmente, entre no mérito das questões.

Todas são do seu interesse.

ASSEMBLÉIA

Cada dia mais presente na sua vida



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

